

Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A
São Tomé – Rio Grande do Norte**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 10 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	4	5	Fornecedores	6	3.790	596
Partes relacionadas - outros créditos	10	-	1	Partes relacionadas - outras contas a pagar	10	711	211
Despesas antecipadas		-	180	Obrigações fiscais		80	23
				Obrigações trabalhistas		117	14
				Outras contas a pagar		21	-
				Obrigações com arrendamento		8	-
Total do Ativo Circulante		4	186	Total do Passivo Circulante		4.727	844
Despesas antecipadas		-	507	Obrigações com arrendamento		1	-
Realizável a longo prazo		-	507	Outras contas a pagar		76	-
Imobilizado	5	208.438	46.483	Total do Passivo Não circulante		77	-
				Patrimônio líquido	7		
				Capital social		117.896	47.176
				Reservas de capital		87.862	-
				Prejuízos acumulados		(2.120)	(844)
		208.438	46.483	Total do Patrimônio líquido		203.638	46.332
Total do Ativo Não Circulante		208.438	46.990	Total do Passivo		4.804	844
Total do Ativo		208.442	47.176	Total do Passivo e Patrimônio líquido		208.442	47.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Despesas gerais ou administrativas	8	(1.235)	(812)
Outras despesas operacionais		(32)	-
Despesas operacionais		(1.267)	(812)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		(1.267)	(812)
Despesas financeiras	9	(8)	(3)
Resultado financeiro		(8)	(3)
Prejuízo do exercício		(1.275)	(815)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo do exercício	(1.275)	(815)
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-
Resultado abrangente total	(1.275)	(815)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		50	-	170	-	(30)	190
Capital subscrito	7	47.126	(47.126)	-	-	-	-
Capital integralizado	7	-	47.126	(170)	-	-	46.956
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(815)	(815)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		47.176	-	-	-	(845)	46.331
Capital subscrito	7	70.720	(70.720)	-	-	-	-
Capital integralizado	7	-	70.720	-	-	-	70.720
Emissão de ações preferenciais resgatáveis	7	-	-	-	87.862	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(1.275)	(1.275)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		117.896	-	-	87.862	(2.120)	203.638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(1.275)	(815)
Ajustes para:			
Resultado da baixa de imobilizado	5	-	2
		(1.275)	(813)
Variações nos ativos e passivos			
Despesas antecipadas		579	(683)
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		501	197
Fornecedores		488	589
Obrigações trabalhistas		103	14
Obrigações fiscais		56	23
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		452	(673)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	5	(159.035)	(46.279)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(159.035)	(46.279)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Capital integralizado	7	70.720	46.956
Emissão de ações preferenciais resgatáveis	7	87.862	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		158.582	46.956
Redução (Aumento) de caixa e equivalentes de caixa		(1)	4
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	5	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	4	5
Redução (Aumento) de caixa e equivalentes de caixa		(1)	4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), foi constituída em 18 de março de 2021, e tem por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica denominado EOL Ventos de São Rafael 07; e a comercialização de energia elétrica.

O empreendimento possui 63 MW de capacidade instalada e está localizado em São Tomé (RN). Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional.

Capital Circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 4.723 (R\$ 658 em 31 de dezembro de 2023), parte significativa desse valor foi registrado em fornecedores e se refere a medições de obras do empreendimento realizado ao final do exercício, que serão liquidadas no curto prazo. A estrutura de financiamento para implantação do empreendimento foi integralmente centralizada na Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A. (“São Rafael”), que em 10 de julho de 2024 celebrou contrato de financiamento no montante de R\$ 2.500.000, parcialmente desembolsado até 31 de dezembro de 2024. Portanto, os pagamentos dos títulos financeiros serão suportados por meio de aportes de capital efetuados pelo acionista. O recurso já foi aportado no período subsequente, vide nota 13 – Eventos Subsequentes.

1.1 Eventos societários relevantes que ocorreram no exercício

Em 16 de setembro de 2024, a São Rafael, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), realizou a cessão de 117.896.389 ações ordinárias, correspondente a totalidade das ações ordinárias que detinha na Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A para a TGR Subholding 2 S.A. (“TGR Subholding 2”), que a partir desta data passou a ser a controladora direta. A São Rafael continua como acionista da Companhia, através da emissão de ações preferenciais resgatáveis, conforme nota 7.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 10 de março de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) **Reconhecimento e mensuração inicial**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere, nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e Partes relacionadas – outros créditos.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, outras contas a pagar e partes relacionadas - outras contas a pagar.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o parque eólico da Companhia encontrava-se em fase de implantação, portanto não havendo a necessidade da análise de *impairment* a ser realizada pela administração.

2.7 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para os aerogeradores do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializado, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.8 Arrendamentos

A Companhia avaliou o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) na data de 1º de janeiro de 2024, se utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a reapresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma.

Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 13,48% ao ano em 31 de dezembro de 2024.

Anualmente a Administração da Companhia reavalia a taxa de desconto a ser aplicada no reconhecimento de novos contratos.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data do reconhecimento do contrato até o início da fase operacional, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso na rubrica de "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "obrigações com arrendamentos" no balanço patrimonial.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados. Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia não possui diferenças temporárias.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real, não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar.

2.11 Mudanças nas principais políticas contábeis

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants*.

A Companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2024.

As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório.

Apesar da mudança na política, não há impacto nas demonstrações comparativas, pois a Companhia não possui notas conversíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.12 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (a) **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
 - As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
 - Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são

agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

(b) **Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Riscos pré-operacionais e operacionais

Os riscos pré-operacionais e operacionais estão relacionados a, respectivamente, atrasos e outros fatores que podem prejudicar o processo de construção do parque eólico, e a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado.

A Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos durante as fases do empreendimento, incluindo contratos de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a Casa dos Ventos S.A. ("CDV"), portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado em Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis ("FIC Consolidador").

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. A Administração da Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de seu fluxo de caixa, de forma a garantir suprimento adequado para a operação.

(iv) Risco de mercado

Risco de Mercado é a possibilidade de perdas financeiras decorrentes da variação nos preços de mercado dos ativos e passivos da companhia, incluindo, mas não se

Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.*(Companhia em fase pré-operacional)**Demonstrações financeiras em**31 de dezembro de 2024*

limitando a taxas de juros, taxas de câmbio, preços de commodities e ações. Esse risco impacta diretamente a avaliação de instrumentos financeiros e a exposição econômica da empresa, podendo afetar tanto o valor justo quanto os fluxos de caixa futuros. A Companhia monitora e gerencia sua exposição ao risco de mercado por meio de estratégias de hedge, análise de sensibilidade e modelos de mensuração como Value at Risk (VaR) e testes de estresse, de acordo com as normas contábeis e regulatórias aplicáveis.

Um risco de mercado importante incorrido e gerenciado pela Companhia é a exposição cambial decorrente dos investimentos (CAPEX) realizados para a construção de projetos de geração de energia. Essa exposição decorre, principalmente, da importação de equipamentos e contratos firmados em moeda estrangeira.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	4	5
Total	4	5

5 Imobilizado**a. Composição do imobilizado**

Descrição	Taxa (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Ativo de direito de uso	2,9% a 8,3%	8	(1)	7	-
Imobilizado em andamento	-	208.431	-	208.431	46.483
Total		208.439	(1)	208.438	46.483

b. Movimentação do imobilizado

Descrição	31/12/2023	Adições (a)	Depreciação	31/12/2024
Ativo de direito de uso	-	8	(1)	7
Imobilizado em andamento	46.483	161.948	-	208.431
Total	46.483	161.956	(1)	208.438

Descrição	31/12/2022	Adições (a)	Transferências	Baixas	31/12/2023
Imobilizado em andamento	206	14.586	31.693	(2)	46.483
Adiantamento a fornecedores	-	31.693	(31.693)	-	-
Total	206	46.279	-	(2)	46.483

- (a) Durante o exercício de 2024 a Companhia efetuou pagamentos a título de adiantamentos a fornecedores de imobilizado em regime de condomínios no montante de R\$ 22.578 (R\$ 8.514 em 31 de dezembro de 2023), conforme nota 10, e adições ao ativo imobilizado no montante de R\$ 2.920 que não tiveram efeito caixa no exercício relativas à capitalização de seguros, contratos de direito de uso e provisões de medições de obras não faturadas em 31 de dezembro de 2024.

6 Fornecedores

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de obras e serviços	3.790	596
Total	3.790	596

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia realizou o registro de provisão para fornecedores de obras não faturadas no montante de R\$ 2.706.

7 Patrimônio líquido

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 117.896 (R\$ 47.176 em 31 de dezembro 2023) e está representado por 117.896.389 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme detalhamento a seguir:

	31/12/2024			31/12/2023		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Acionistas						
São Rafael (nota 1.1)	-	-	-	100%	47.176	47.176.389
TGR Subholding 2 (nota 1.1)	100%	117.896	117.896.389	-	-	-
Total	100%	117.896	117.896.389	100%	47.176	47.176.389

Aumento de capital

Em 05 de maio de 2023, de acordo com AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 30.098, parcialmente integralizado em moeda corrente nesta data no montante de R\$ 29.928 e R\$ 170 com créditos de adiantamento para futuro aumento de capital.

Em 31 de agosto de 2023, de acordo com AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 7.999 e integralizado nesta data em moeda corrente.

Em 29 de dezembro de 2023, de acordo com AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 9.029 e integralizado nesta data em moeda corrente.

Em 30 de abril de 2024, conforme AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 56.548 e integralizado em moeda corrente nesta data.

Em 13 de setembro de 2024, conforme AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 14.172 e integralizado em moeda corrente nesta data.

Reservas de capital

Durante o exercício de 2024, conforme AGEs, houve a emissão de ações preferenciais resgatáveis ("APRs") pela Companhia à São Rafael, ao valor unitário de R\$ 4,00 (quatro reais), conforme composição abaixo:

Acionista	Ato societário	Data	Ações (Qtd.)	Valor (R\$)
São Rafael	AGE	16/09/2024	135.250	541
		31/10/2024	10.264.250	41.057
		29/11/2024	5.167.250	20.669
		31/12/2024	6.398.750	25.595
Total			21.965.500	87.862

Tais recursos foram destinados para a conta de reservas de capital, nos termos da legislação vigente. As APRs não possuirão direito a voto, tampouco direito a dividendos fixos ou mínimos (salvo os dividendos obrigatórios previstos em lei) ou prioridade no

Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.*(Companhia em fase pré-operacional)**Demonstrações financeiras em**31 de dezembro de 2024*

recebimento de dividendos, e terão como vantagens preferenciais: (a) direito ao recebimento de dividendos em montante equivalente a 4 (quatro) vezes o valor pago a cada ação ordinária da Companhia e (b) prioridade no resgate ante a distribuição de dividendos excedentes aos obrigatórios, inclusive dividendos intermediários.

As APRs serão objeto de resgate total ou parcial, nos termos da legislação vigente, conforme disponibilidade de caixa da Companhia e à exclusivo critério desta, independentemente de qualquer deliberação. O valor de cada resgate será equivalente ao valor de subscrição e integralização das respectivas ações, acrescido dos tributos incidentes.

8 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Compartilhamento de despesas (nota 10)	(1.222)	(806)
Outras despesas	(13)	(6)
Total	(1.235)	(812)

9 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(5)	(3)
Outras despesas financeiras	(3)	-
Total	(8)	(3)

10 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritos abaixo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	22.578	8.515
Partes relacionadas – outros créditos		
Outros créditos a receber	-	1
Imobilizado		
Adiantamento a fornecedores de imobilizado (nota 5.a)	22.578	8.514
Passivo	711	211
Partes relacionadas – outras contas a pagar		
Transações de condomínios (b)	320	-
Compartilhamento de despesas (a)	391	211
Resultado	(1.222)	(806)
Despesas gerais ou administrativas		
Compartilhamento de despesas (a)	(1.222)	(806)

(a) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia possuía um contrato de compartilhamento de despesas firmado com a CDV, que possuía a finalidade de prestação de serviços administrativos.

(b) A Companhia possuía gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias patrimoniais até a sua liquidação.

A CDV é a controladora final da Companhia.

Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.*(Companhia em fase pré-operacional)**Demonstrações financeiras em**31 de dezembro de 2024***Remuneração da Administração**

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 29 de novembro de 2022, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

11 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	4	4	5	5
Partes relacionadas – outros créditos	-	-	1	1
Fornecedores	(3.790)	(3.790)	(596)	(596)
Outras contas a pagar	(97)	(97)	-	-
Partes relacionadas – outras contas a pagar	(711)	(711)	(211)	(211)
Total	(4.594)	(4.594)	(801)	(801)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado.

12 Contingências

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

13 Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro e 28 de fevereiro de 2025, por meio de AGE, deliberou-se sobre a emissão de 12.425.000 novas ações preferenciais resgatáveis, normativas e sem valor nominal, perfazendo o montante total de R\$ 49.700, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nas respectivas datas pela São Rafael.